

Obra:

Educação Política

Educar para a Liberdade

Educar para responsabilidade

Autor: Prof. Sólon Borges dos Reis (vide breve currículo)

Editora: Câmara dos Deputados, Brasília, Ano 1998 / 1ª ed. - Atualmente na 4ª ed.

Na obra **Educação Política**, no Capítulo: **Educação para a Democracia** (p. 7 e 8) destacamos, os seguintes trechos:

“Democracia não se implanta do dia para a noite, como se instala uma ditadura. Exige tempo, perseverança, aprendizagem, educação política. Passou o tempo de transformar democracias em ditaduras. Agora, é o tempo de transformar ditaduras em democracias” (...)

(...) “Nem eleições, nem forma de governo, significam por si sós, democracia. Regime democrático não é a mesma coisa que capitalismo. Nem se confunde com sistema de governo, presidencialismo, parlamentarismo, monarquia, colegiado. Erige-se numa consciência generalizada, numa ampla concepção de vida coletiva, que só será efetiva na medida em que for sentida realmente e vivida plenamente. A melhor maneira de sustentá-la é praticá-la, não apenas pregá-la. Como a Democracia não é unanimidade, menos ainda, uniformidade, mas unidade, o papel da educação alimenta todo o processo democrático. Eis que a unidade se alcança pelo desenvolvimento de tudo quanto há de comum na diversidade dos homens.” (...)

(...) “Regime em que a maioria prevalece e a minoria é respeitada, a democracia depende da educação, que deixou de ser privilégio de poucos para ser direito de todos, em função da necessidade universal das pessoas e da comunidade.” (...)

(...) “Com a institucionalização da opinião pública como elemento básico para a dinâmica e a eficácia do regime democrático, o papel da educação, principalmente, da educação política, emerge como fator preponderante no processo.

Educação entendida como formação. Não confundida com informes. Mas, procedimento. A educação afeta a conduta.” (p. 8) (...)

No capítulo de **Educação Política**, selecionamos os seguintes trechos, para seu debate ou ampliação de pesquisa:

(...) “A informação se difunde, generaliza-se, obtém-se, cada vez mais fácil, cômoda e rapidamente. Com os meios de comunicação de massa expandindo-se em ritmo vertiginoso, com uma acetuada capacidade, de motivação, a informação agora está ao alcance de todos. A formação, por sua vez, já implica um processo de sedimentação com mais profundidade. E por que diz de perto ao comportamento, é o que pode ser entendido como educação.” (p. 9) (...)

(...) “O que nos propomos hoje é muito mais. É procurar o desenvolvimento integral do homem. Cultivar todas as suas potencialidades, de modo que a personalidade se afirme e se projete

em todas as dimensões: física, intelectual, social, moral, religiosa cívica, estética, profissional, política, econômica.” (p. 10) (...)

(...) “No complexo contexto da educação integral, a educação política constitui entre nós a lacuna. Quando será preenchida?”

A educação política não pode ser negligenciada impunemente. Pois em função de sua consciência e generalização, está inclusive a própria ação dos governos. A tal ponto que não é raro dizer-se que os povos têm os governos que merecem. Além de fulcral em si mesma, a educação política é também instrumental na medida em que afeta tudo o mais.” (p. 10) (...)

*(...) “Lançamos na Tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 20 de Fevereiro (*ano 1998), a campanha política que consideramos prioritária agora: cobrar o cumprimento das leis em vigor no Município, no Estado, no País. As leis precisam ser cumpridas. A nossa ingênua facilidade para tomar decisões legislativas contrasta de maneira chocante com a extrema dificuldade que temos encontrado, quase sempre, para cumpri-las. É verdade que precisamos muito de planejadores e de debatedores. Mas, a nossa mais premente necessidade, nesse terreno, é de fazedores.” (p. 11) (...)*

(...) “Constituição democrática que, como toda a legislação complementar e ordinária do País, tem que ser cumprida. Precisamos cobrar de todos os níveis: municipal, estadual, federal. Pelos governados, sim; mas, principalmente, pelos governantes. Além da obrigação e dos compromissos prestados ao assumir suas posições, os governantes fazem escola com seu exemplo. No poder ou fora dele, as notórias figuras da vida pública têm uma responsabilidade maior. Os governantes ainda mais do que governados, pois estão no pódio. Sua postura, seus menores gastos são acompanhados por todo o povo, que deles tem notícia diária, através dos meios de comunicação de massa. E isso é contagioso.” (p. 11) (...)

(...) “Se quisermos o aprimoramento das instituições, a implantação e a consolidação de um regime genuinamente democrático, temos que organizar e dinamizar a educação política das novas gerações.” (p. 11) (...)

Mais adiante, o Prof. Sólon refere-se a um evento de educadores que participou, internacionalmente, para o seguinte estudo, em que congregaram mais de cinco milhões de professores de todos os continentes.

(...) “Em assembléia de que participamos, para exame de um tema sempre momentoso: ‘o professor e o processo político’.” (p. 12) (...)

E o Prof. Sólon referiu-se a conclusão deste certame, em que as delegações de educadores concordaram integralmente.

(...) “O professor esforçar-se em assegurar de que todos tenham acesso a todas as fontes de informações e de opinião, e que compreendam as responsabilidades inerentes à cidadania.” (p. 13) (...)

(...) “De nossa parte, reputamos que três medidas são, em qualquer hipótese, essenciais à educação política das novas gerações: a) informar as gerações novas sobre o significado, as instituições, a estrutura e o desenvolvimento do processo político; b) ensinar a prática da dinâmica da política por parte dos jovens; c) despertar e acoroçoar o espírito crítico nas gerações que crescem, com a convicção de que uma geração bem informada, e que houver desenvolvimento suficiente seu espírito crítico não será presa jamais de qualquer totalitarismo de esquerda, nem de direita.” (p. 13) (...)

(...) “Partindo do princípio de que só se pode estimar e apreciar aquilo que se conhece, conhecer é necessário.” (p. 13) (...)

(...) “Pergunte-se a um grupo heterogêneo: ‘- Que é uma Constituição?’. E se a resposta mais comum for, como será por certo: ‘- Uma coleção de leis...’, sentir-se-á muito mais a validade de qualquer esforço no sentido de que se comece a informar o povo sobre as coisas da política, a

partir da infância e da juventude.” (p. 13) (...)

(...) “Só quem conhece uma pessoa, uma instituição ou idéia, pode entendê-la. Só quem a entende, pode amá-la. Se o ama, servi-la, e, a fim de preservá-la, defendê-la. Só quem conhece os direitos e a garantias que a Constituição lhe assegura, e a importância da lei que é a própria liberdade, pode querê-la, apreciá-la, cobrar seu cumprimento, lutar por ela. Cada brasileiro deve ter um documento básico de cada cidadão, ou pelo menos, em cada casa, no Brasil, um exemplar da Constituição, para que todos, no País, a conheçam e, conhecendo-a, possam amá-la e, amando-a, defendê-la.” (p. 14) (...)

(...) “A implantação de qualquer hábito se faz pela repetição e começa com a primeira vez que se pratica o respectivo ato. É preciso ensinar aos jovens a prática do ato político. A dinâmica de grupo contribui para isso. O trabalho em termos comunitários. O exercício do voto. Emissão e defesa de opinião. A aceitação de encargos em termos de interesse coletivo. O desempenho de tarefas em função de mandato e o caráter procuratório do mandato. A vivência dos pleitos e campanhas em que se sustentam candidaturas, expondo programas e defendendo idéias. Cultivando, ininterruptamente, o senso da responsabilidade.” (p. 14) (...)

(...) “Cultivar o espírito crítico é tão importante quanto despertar e estimular a criatividade. Propiciar a análise das situações e dos fatos. Conduzir ao diálogo. Promover o debate. Evitar sempre o monólogo, que não é democrático e é antipedagógico.” (p. 14) (...)

(...) “Aliás, a grande dificuldade da educação política, de modo geral, como a da educação sexual, útil, necessária, está na metodologia. Se a metodologia não está isenta, ascética, adequada, os efeitos podem ser perversos.” (p. 15) (...)

(...) “Todo e qualquer professor, desde o que alfabetiza até o da universidade, seja qual for sua especialidade, deve ser também professor de vernáculo, moral, civismo e político.” (p. 15) (...)

(...) “O professor tem, como qualquer cidadão, o direito e o dever de participar do processo político em sua terra, filiando-se ou não a uma organização partidária. E precisa cumprir a obrigação impostergável e difícil de interessar os alunos nos destinos da comunidade e da pátria, proporcionando-lhes, no plano da educação integral, o desenvolvimento da educação política. Nunca, no entanto, fazer da cátedra que lhe foi confiada, instrumento de pregação ideológica, propaganda política ou proselitismo partidário. Violentaria a confiança do aluno e comprometeria, ao mesmo tempo, nos resultados, os objetivos que inspiram e justificam o trabalho para a educação política.” (p. 15) (...)

No capítulo **Educar para a Liberdade** selecionamos o seguinte trecho:

“Democracia pressupõe escolha. No propósito que sustenta de ser o regime de todos, só pode ser efetivo na medida em que permitir o exercício da escolha de cada um. Sendo como é o regime de todos, só pode ser genuíno na medida em que admitir o primado da maioria exercido através do direito de eleger. Quando o regime é realmente democrático, o homem se vê na freqüente contingência de escolher. É ali que ele elege livremente a sua própria religião. Escolhe a profissão que mais lhe parece conveniente, constitui livremente sua família, escolhe os homens que vão governar a sua cidade ou o seu país, elegendo, também, como seus representantes aqueles que assumirão a responsabilidade de fiscalizar os governos, votar os orçamentos e elaborar as outras leis a fim de disciplinar a vida coletiva na órbita local, regional ou nacional. É da própria essência do regime democrático a livre manifestação de pensamento. O direito de escolha é característica do regime democrático.

Nos regimes totalitários é escassa a margem de alternativas que restam aos governados. Mas a democracia acentua o primado do homem sobre as coisas, o respeito escrupuloso à personalidade humana. Ela não aceita a fusão das criaturas, a diluição das personalidades na massa estandarizada e inerte de uma população passiva. Todas as suas normas e decisões chegam até os umbrais da personalidade de cada homem, sem, jamais violá-la nem violentar a sua afirmação. Chega para ouvir a sua voz e recolher sua opinião. Para assegurar-lhe a sua

integridade e garantir-lhe a livre manifestação de seu pensamento. Se o regime é efetivamente democrático, o homem pode escolher. E a fim de que ele possa escolher, é absolutamente necessário que lhe seja assegurada liberdade. Sem liberdade, não pode escolher. O exercício do direito da escolha só se promove com a condição da liberdade. A democracia se alicerça na liberdade, como a liberdade se ampara na democracia.” (p. 19) (...)

No capítulo **Educação para a responsabilidade** destacamos o seguinte trecho:

(...) “A indiferença pode ser cômoda, mas nem sempre é digna. Não pode haver neutralidade entre o bem e o mal. E isto nada tem a ver com a tese maniqueísta. Nem se pode agradar a todo mundo ao mesmo tempo.” (p. 30) (...)

(...) “Já se disse, com felicidade de expressão, que é bom ser importante, mas que é mais importante é ser bom. Ser bom, no entanto – vale a pena repetir –, não é a mesma coisa que ser bonzinho. Quando se diz, sim, sempre que possível, pode-se e deve-se dizer não, sempre que necessário. Ser bonzinho é outra coisa. É ser pejorativo, a deformação patológico do bom. É dizer sistematicamente sim a tudo e a todos. É o 'Laissez-faire', o deixar como está para ver como fica... Aos educadores, pais ou mestres, é vedado ser bonzinho. Ser bom, sim. Ser bonzinho, não. Comprometendo a família, a administração, a escola, a política, a postura do bonzinho é particularmente calamitosa para fins educacionais.” (p. 30) (...)

(...) “Já não mais se admite a dicotomia primitiva entre o trabalho manual e intelectual, como se a atividade das mãos fosse descarregada de qualquer sustentação mental. A educação integrou de tal maneira a atividade manual que o próprio retardamento mental é tratado nos cursos e escolas especiais pelo recurso dos trabalhos manuais. Eles estão na base da educação dos excepcionais porque conduzem aos desenvolvimento intelectual. O suposto antagonismo entre o trabalho manual e a atividade intelectual cedeu lugar à conjugação de ambos, integrados no todo do comportamento humano. As mãos têm a sua liguagem. E com que eloquência elas tornam as palestras mais expressivas, quando os gestos completam o sentido das sentenças e emprestam às frases um vigor maior! É tão importante o trabalho para a necessidade natural de entretenimento, que o apontam como a melhor terapêutica moral, contribuindo para a regularidade, a própria dignidade da vida. Cedo enxergaram isto os que vieram antes de nós, fora e dentro da escola, quando proclamaram a assertativa feliz de que a ociosidade é a mãe de todos os vícios. E sua educação, como na reeducação moral dos que, sob um aspecto ou outro, marginalizam-se, o trabalho desempenha papel decisivo.

Quanto à dimensão social da educação, encontra no trabalho magnífica oportunidade para seu desenvolvimento, mormente através do trabalho em comum. As equipes do trabalho cultivam, desde cedo, no educando, o espírito de solidariedade humana e o hábito de atuar em grupo. A camaradagem se estimula de maneira propícia.

No século da divisão do trabalho, que leva ao extremo a interdependência dos homens, incumbido cada um de sua tarefa especializada, sem que qualquer deles possa empreender sozinho uma obra completa, mascada um apenas parte do todo, que resulta da contribuição coletiva, o trabalho em comum, já pela educação, abre o caminho para a cooperação que comandará amanhã a produção, o campo profissional e, de modo geral, a vida social.” (p. 34 e 35) (...)

(...) “Uma das áreas em que a transformação se operou mais profunda e extensamente, nas últimas décadas, foi a das comunicações. Os meios de comunicação, extremamente desenvolvidos na atualidade, e às vezes de maneira sofisticada, respondem pelo comportamento de milhões de criaturas, num mundo cda vez menor, encurtado pelos vasos comunicantes da imprensa, do cinema, da publicidade e, principalmente, do rádio e da televisão.

Nesse mundo de hoje, de coexistência internacional, proselitismo pela comunicação, participação coletiva com leitores, espectadores, rádio-ouvintes e telespectadores, a obra da educação se faz fundamentalmente pelo contágio. O exemplo educa. A responsabilidade, assim, é contagiante. Faz carreira, na medida em que é conhecida, e pode ser conhecida hoje num grau e

rapidez até há pouco insuspeitados. E cada vez mais se evidencia o alcance educacional, o poder de contágio dos que controlam ou se mostram através dos meios de comunicação de massa, têm-se visto, estranhamente, casos de pessoas que, na ordem social, na vida pública ou na esfera privada, dispendo de autoridade, pretendem eximir-se da contrapartida, a responsabilidade.

Autoridade, contudo, subentende responsabilidade. A idéia de autoridade descarregada de qualquer responsabilidade é simplesmente inadmissível”. (p. 37) (...)

(...) “Aliás, o que pode ocorrer com a televisão descompromissada com o bem comum, perdendo de vista o interesse público, pode-se dar igualmente com o rádio, imprensa e outros meios de comunicação de massa. É indisfarçável, em muitas empresas do ramo, uma censura própria, discriminatória, lesiva ao interesse público e tão danosa quanto a censura oficial que tanto pode provir da direção do pessoal ali militante, cuja saia aparece a meio palmo a qualquer observador atento. Essa censura própria, sub-reptícia, na base do mimetismo, mas ostensivamente nos efeitos extensos e profundos, sempre discriminatórios, perniciosos em geral ao interesse público, tão clandestinos quanto odiosos, dirigida, no plano moral e social, a serviço de interesse, às vezes, pessoais, mas predominantemente econômicos, políticos e ideológicos, utiliza-se de uma técnica desleal e internacional, mesmo colidindo acintosamente com as diretrizes da direção da empresa. E isto interfere diretamente no processo educacional, na medida em que não só a escola, mesmo aliada à família, que entreabre rumos para a educação e reeducação.” (p. 38) (...)

(...) “Quanto à televisão, há abundante literatura, editada em todos os idiomas, sobre o fascínio que ela exerce e o condicionamento que impõe ao comportamento do telespectador, de modo geral tudo o que se discute a esse respeito, gira em torno da lesão que pode ocasionar à educação da infância e da juventude e à reeducação dos adultos, em controvérsia com os que exaltam seu benéfico alcance como meio de comunicação de massa, recreação, difusão cultural, e também, de educação, quando adequadamente utilizada.” (p. 39 e 40)(...)

*(...) “Sob o ponto de vista da informação e da educação, o **slogan** e o **jingle**, no rádio e na televisão, como na publicidade de um modo geral, na linha de penetração subliminar, não constituem instrumento racional para a formação da infância e da juventude, em termos de democracia. O monólogo, por sua vez, não tem caráter pedagógico, nem é democrático. O diálogo, sim. O debate é que pode levar com a informação o esclarecimento, e contribuir, como é necessário, para o desenvolvimento do espírito crítico.*

A atração ou fascínio e, para muitos em certos casos, até o deslumbramento, que a televisão exerce, são lugar comum para quem quer que estude ou que, pelo menos, a influência dos veículos da comunicação de massa.” (p. 40) (...)

(...) “A consciência dos direitos é evidentemente muito mais exposta e sedutora do que a dos deveres. É muito mais fácil ouvirem-se pedidos, queixas, protestos e reclamações, do que compreensão de dificuldades e necessidades alheis. E como dificilmente nos colocamos no lugar dos que criticamos, a quem apelamos, contra os quais protestamos ou de quem reclamamos, nem sempre compreendemos a outra face do problema. Não enxergando senão uma parte da realidade semeada de problemas, podemos facilmente incidir no equívoco de colocar somente os direitos.

A tessitura da vida social, todavia, compreende direitos e deveres, sem o que a convivência humana seria impraticável.” (p. 41) (...)

(...) “No dia em que fosse admissível descartar a responsabilidade, válido isso para um, ter-se-ia que admitir o mesmo para todos. E o resultado, então, seria o caos.

A vida social está montada em qualquer parte, em qualquer época, em todo e qualquer estágio do desenvolvimento, numa ordem que sempre pressupõe compromisso. Isso é essencial à harmonia e à segurança individual e coletiva. Mais do que um necessidade, a ordem é um objetivo permanente, que se busca em todo o lugar.” (p. 41) (...)

(...) “A ordem, decorrente do primado da lei, a ordem jurídica é essencial à liberdade. Não

como um fim em si mesma. Como meio, tendo em vista a garantia do postulado democrático de igualdade de oportunidade para todos.

Mas a ordem, que não é o marasmo nem a submissão, não pode ser confundida com a ausência de direitos, por mais que se embase nos deveres. A disciplina moral, social e cívica, profissional e política, não equivale à abdicação do direito de participar nem à deformação da personalidade. Ao contrário, para composição eficiente dos fatores de equilíbrio – direitos e deveres é imprescindível a consciência de ambos. Ordem não é sinônimo de estagnação nem de sujeição. Mas subentende a adesão consciente a um pacto social assentado sobre bases jurídicas de raiz popular, tendo em vista o bem comum. A segurança, assim, deve alcançar o indivíduo nos seus direitos e toda a nação nos seus supremos e legítimos interesses. E a segurança nacional, não pode ser reduzida à segurança do governo.

A noção ideal do dever não é a que pode ser baixada pela coação ou pela sanção artificial. Há de ser interior. A introjeção da norma social, a incorporação à própria maneira de ser, sentir, pensar, e também de agir, do preceito profissional, moral, social, cívico ou político, é o ideal a buscar. A adesão espontânea, natural ao compromisso, partindo da premilinar de que quem quer ser respeitado também precisa respeitar.” (p. 42) (...)

(...) “Em termos de responsabilidade, cabe também uma consideração sobre a facilidade com que, dispondo da concessão de caráter público, que é, em última análise, a prerrogativa, o privilégio de influir sobre um número indeterminado de pessoas por meio dos instrumentos de comunicação de massa, como o rádio e a televisão, há pessoas que se dispõem a informar e também a opinar sobre assuntos de que não têm o mínimo conhecimento de causa.

Transmitir informações, analisar fatos, comentar medidas, proceder a críticas através dos instrumentos de extraordinários, de extraordinária penetração, com o prestígio da imprensa escrita, a penetrante influência do rádio, o fascínio do vídeo, nos impõe um senso compatível com as suas conseqüências que daí decorrem, para a formação da opinião pública e suas implicações na ordem social.” (p. 46) (...)

Após citar vários filósofos e suas respectivas correntes de pensamento sobre “as duas forças antagônicas que se enfrentam no homem. O egoísmo e o altruísmo” (p. 50) O Prof. Sólon encerra este capítulo, cujo trecho destacamos:

(...) “O altruísmo há que ser acoroçoado. Se para a projeção do egoísmo não se faz necessário estímulo, o altruísmo pode e deve ser motivado, estimulado e incrementado.

O egoísmo é força necessária à sobrevivência? Pois, o altruísmo é indispensável à vida social, e esta, por sua vez, é igualmente natural. Egoísmo é preocupar-se consigo mesmo e só agir em função dessa preocupação. Altruísmo é preocupar-se também com os outros e em função disso proceder.

Aqui, entra a responsabilidade, que é um novo nome para o amor. Ocupar-se e preocupar-se exclusivamente consigo mesmo é eximir-se da responsabilidade. E isso nada tem a ver com o amor. Amor é pensar, sentir e agir em função também do interesse do próximo.

A responsabilidade deve ser predominantemente, em qualquer escala de valores, inspirada numa filosofia de fundo cristão ou, em qualquer hipótese espiritualista ou humanista.

Mais do que a obstinada busca do ideal, do que o permanente serviço ao bem comum, responsabilidade não é só o acrisolamento cristão, espiritualista e humanista, do dever.

Responsabilidade é amor.” (p. 51)

Professor Sólon Borges dos Reis

Professor e diretor de várias escolas (“primário, secundário, normal, superior”) ocupou, também, cargos de diretor geral do Departamento de Educação, Secretaria de Educação e no Conselho Estadual de Educação, e Secretário Municipal de Educação, em São Paulo.

A “convite dos governos, visitou escolas nos Estados Unidos, União Soviética, Cuba, China, Israel, enfim, inclusive integrou delegações brasileiras em congressos internacionais de educação e magistério na América, Europa, Ásia e África.”

Foi presidente do Centro de Professorado Paulista e fundou a União Paulista de Educação.

Foi eleito cinco vezes deputado estadual em São Paulo e três mandatos como deputado federal, tendo como parlamentar, em suas legislaturas, estaduais e federais participado de importantes comissões e relator de CPI. Participou da redação final da Constituição de 1988.

Sólon Borges dos Reis possui várias formações na área de educação (filosofia, música etc) também é bacharel em Direito, com vários cursos complementares.

Educador, jornalista, poeta e escritor, possui várias dezenas de livros publicados e artigos assinados nos maiores jornais do país.

Pertence, com cargos relevantes, presidindo entidades de escritores, jornalistas, educação e literárias.

Ele integra a: Academia Paulista de Educação, Academia Paulista de Letras, Academia Paulista de Jornalismo, Academia de Letras da Grande São Paulo, Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil, Academia Paulistana de História, Academia Cristã de Letras, dentre várias outras importantes academias, ordens culturais e profissionais, sindicato, e associações.

Conferencista convidado por notáveis instituições, governamentais, OSCIP's, ONG's, acadêmicas e culturais, clubes de serviços.